



ACÓRDÃO Nº 1033/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 2507/2009 – 04 Volumes.

Apenso: Processo nº 4167/2008.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Câmara Municipal de Lábrea.

4- Exercício: 2008.

5- Responsável: Sr. Gelciomar de Oliveira Cruz, Presidente e ordenador de despesas, à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Informação nº 144/2015 (fl. 603).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 604/2015-MP-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls. 604/606).

8- Relator: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas. Câmara Municipal de Lábrea. Exercício 2008.

Contas Irregulares. Glosa. Multas. Prazo. Autorização de inscrição na Dívida Ativa. Comunicação ao INSS. Notificação ao Interessado.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 3º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar irregulares as Contas da Câmara Municipal do referentes ao exercício financeiro de 2008, de responsabilidade do ordenador de despesa, **Sr. Gelciomar de Oliveira Cruz**, conforme o art. 22, inciso III, alínea “b” e “c” c/c art. 25, da Lei n.º 2.423/96-LO/TCE), considerando as ocorrências das restrições sobreditas e não sanadas desta instrução;

9.2- Glosar o valor de **R\$21.895,24** referente ao item 14.3, corrigido monetariamente, considerando o responsável em alcance, nos termos do artigo 305 e parágrafos, do Regimento interno desta Corte de Contas;

9.3- Aplicar multa ao **Sr. Gelciomar de Oliveira Cruz**, Presidente da Câmara época no Município do Lábrea, exercício de 2008, com fulcro no artigo 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c artigo 308, VI da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, **no valor de R\$ 8.800,00**; em face do disposto nos itens 14.2, 14.6, 14.7, 14.8 e 14.10, do relatório/voto;

9.4- Aplicar multa ao **Sr. Gelciomar de Oliveira Cruz**, Presidente da Câmara à época do Município do Lábrea, exercício de 2008, com fulcro no artigo 308, II da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, no valor de **R\$ 13.152,36**; em face aos atrasos de remessa dos dados pelo Sistema Auditor de Contas Públicas (ACP) nos 12 meses do ano de 2008;

9.5- Aplicar multa ao **Sr. Gelciomar de Oliveira Cruz**, Presidente da Câmara época no Município do Lábrea, exercício de 2008, com fulcro no artigo 308, I, “b” da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, **no valor de R\$ 4.000,00**; em face do disposto na primeira parte do item 14.11, do relatório/voto;

9.6- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento das **multas** aos cofres da Fazenda Estadual, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 72, III da Lei nº 2423/96 c/c o art. 169, I do Regimento Interno deste Tribunal (Resolução nº 04/2002),

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 1033/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO

autorizando a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa e instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, *ex vi* o art.173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

9.7- Comunicar ao INSS acerca do recolhimento a menor da previdência social, conforme item 14.5 no relatório/voto;

9.8- Notificar o interessado, por meio de seu representante legal, enviando cópia do Relatório/Voto e Acórdão para ciência do decisório e, para querendo, apresentar o devido recurso.

10- Ata: 44ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 09 de dezembro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral